

## ***Do apoio mútuo até à participação do Governo: características do desenvolvimento das acções filantrópicas de Macau***

*Lou Shenghua\**

A segunda metade do século XX pode ser descrita como um período de transformação social em Macau, passando de uma sociedade de refugiados para uma sociedade pós-industrial. Desde essa altura, surgiram novas acções filantrópicas em Macau, cujas características deixaram de ser de ajuda social não-governamental para passarem a contar com um serviço de apoio social beneficente, o que se reflectiu, nomeadamente, nas alterações à forma como se faz a angariação de fundos e ao conteúdo, destinatários e principais responsáveis pelas acções de beneficência e assistência social.

### **I. Forma de angariação de fundos: das contribuições individuais tradicionais para a caridade até à angariação de fundos com a participação do Governo de Macau**

As contribuições de caridade mais vulgares eram as contribuições individuais, nomeadamente as contribuições feitas por pessoas com património elevado. Por exemplo, em 8 de Fevereiro de 1961, o empresário Y. C. Liang doou \$10 mil à Associação de Beneficência Tong Sin Tong para oferecer “canja” a título gratuito aos necessitados, assim como também ofereceu mil peças de roupas de inverno; no dia 11 de Fevereiro do mesmo ano, o Sr. Ho Yin doou \$10 mil à Associação de Beneficência Tong Sin Tong (abreviadamente Tong Sin Tong), para pagar as consultas e os medicamentos dos mais necessitados; em 11 de Agosto de 1963, cerca de dois mil cidadãos, que viviam nas 35 casas situadas na Rua da Erva e na Rua de Espectação de Almeida e que iam ser colocadas a leilão pela Autoridade de Macau, subscreveram um manifesto conjunto, dirigido inicialmente à Associação Comercial de Macau (abreviadamente ACM) e depois transmitido à Autoridade, pedindo a anulação da decisão de colocar as referidas casas a leilão, tendo decidido, posteriormente, o Sr. Ho Yin,

---

\* Professor do Instituto Politécnico de Macau.

então Presidente da Direcção da ACM, comprar as 35 casas e, de seguida, doá-las ao Hospital Kiang Wu e à Tong Sin Tong, tendo ficado estes imóveis como bens comuns destas duas entidades, donde os dois mil habitantes não foram despejados enquanto os novos proprietários, Hospital Kiang Wu e Tong Sin Tong, ficaram a receber as rendas para poderem desenvolver mais acções de beneficência e caridade;<sup>1</sup> em 11 de Fevereiro de 1978, um anónimo caridoso doou HKD500 mil ao Hospital Kiang Wu para ampliação do Hospital. Também os governadores de Macau estiveram muito atentos às acções de ajuda social e beneficência, por exemplo, o Senhor General Jaime Silvério Marques doou \$30 mil a cada entidade beneficente de Macau por ocasião do Natal de 1960; e distribuiu, por ocasião da Festa da Primavera, 80 mil jin de lenha e 65 mil vales de arroz que puderam ser trocados cada um por 3 jin de arroz, tendo ganho com esta sua acção muitos elogios públicos. Em Novembro de 1978, o Senhor Tang Shiu-Kin disponibilizou uma verba de HKD1.11 milhões para que o Senhor Governador Vasco Leotte de Almeida e Costa criasse um fundo de apoio, com o nome do então Governador, para apoiar acções juvenis, culturais e filantrópicas, tendo esta proposta do Senhor Tang Shiu-Kin sido aceite pelo Governador com excepção do seu nome ficar afecto ao nome do fundo de apoio, pois o Governador preferiu que o nome do fundo ficasse somente “Fundo do Governador”, o que foi aceite pelo Senhor Tang Shiu-Kin.<sup>2</sup> Em 7 de Outubro de 1984, a Obra das Mães promoveu um banquete de caridade no Hotel Lisboa e conseguiu angariar mais de \$1 milhão e recebeu do então Governador duas peças de porcelana portuguesa e garrafas de cristal, as quais foram vendidas ao Sr. Stanley Ho Hung Sun, ao Sr. Alberto Dias Ferreira e ao Sr. Ng Fok, etc. De entre as formas de angariação de fundos usadas por parte da Tong Sin Tong, uma das duas maiores instituições de beneficência integradas na comunidade chinesa de Macau, é de destacar o Programa “Recolha de Donativos Porta a Porta”, que se realizava anualmente com a duração de um mês, com início no dia 1 de Outubro do calendário chinês, onde os fundos assim angariados serviam para liquidar as despesas de funcionamento da Tong Sin Tong. Aliás, as despesas relacionadas com as festividades promovidas pela Tong Sin Tong eram sempre suportadas pela própria Direcção o que constituía uma das características mais simbólicas desta associação,

---

<sup>1</sup> Diário para Todos, Limitada, *Anuário comercial e industrial de Macau 1963* (Tomo VII), Macau: Diário para Todos, Limitada, 1963, Título IV, pág. 6.

<sup>2</sup> Beatriz Basto da Silva, *Cronologia da História de Macau – Século XX (1950-1988)*, tradução de Si Lei, Macau: Fundação Macau, 1999, pág. 144.

ou seja, a contribuição da sua Direcção não era apenas com trabalho, como era também em dinheiro, pois, por exemplo, em 6 de Novembro de 1972, os membros da Direcção da Tong Sin Tong angariaram fundos “porta a porta” e receberam donativos de mais de \$20 mil num só dia.

São também formas tradicionais de angariação de fundos os bazares beneficentes e as actuações de beneficência. Em 1950, a economia de Macau estava em recessão e registou uma taxa de desemprego muito elevada, o que deu origem a muitos casos de abandono escolar por parte dos filhos dos operários desempregados. Face a esta situação social, a Federação das Associações dos Operários de Macau (abreviadamente FAOM), só com meio ano de existência, fez um apelo aos cidadãos para que ajudassem a combater o abandono escolar de modo a que as crianças e os jovens pudessem voltar à escola e, ainda, promoveu a criação de uma escola para os filhos dos operários. Esta iniciativa recebeu uma grande adesão por parte da sociedade de Macau, designadamente dos operários e, assim, com a organização dos diversos sectores da sociedade e das associações locais surgiram várias actividades, incluindo bazares beneficentes destinados a angariar fundos para a criação da “Escola para Filhos e Irmãos dos Operários”. Em 24 de Outubro de 1953, foi inaugurado um bazar beneficente junto à Rotunda de Ferreira do Amaral, com o objectivo de angariar prendas de Natal para as pessoas mais pobres e em Julho de 1954, o Hospital Kiang Wu decidiu lançar uma lotaria em que a venda dos bilhetes serviu para angariar fundos e os prémios oferecidos foram objectos doados por pessoas caridosas, sendo de destacar que o maior prémio oferecido integrava dois edifícios de 4 andares, recém-construídos, doados pela Sra. D. Kwok Yee-Man, esposa do Sr. Ho Yin. Através desta lotaria de beneficência, o valor angariado atingiu mais de \$600 mil e com este dinheiro ficaram resolvidas as dificuldades financeiras do Hospital. Em 5 de Outubro de 1955, tal como nos anos anteriores, inaugurou-se o “Bazar da Zona dos Aterros da Baía da Praia Grande”, com o objectivo de angariar fundos para ajudar os mais pobres, tendo este bazar contado com um pavilhão de música, onde actuou a Banda de Música do Corpo de Polícia de Segurança Pública, e diversas barracas de comida e jogos geridas por estabelecimentos de restauração, por exemplo, o “Restaurante Fat Siu Lau” e o “Royal Beer”, e conseguiu-se angariar o montante de \$48,267.55 que foi entregue integralmente à “Fundação de Natal para Pobres 1955”.<sup>3</sup> Em 6

<sup>3</sup> Beatriz Basto da Silva, *Cronologia da História de Macau – Século XX (1950-1988)*, tradução de Si Lei, Macau: Fundação Macau, 1999, pág. 20 e 36.

de Novembro de 1985, a Obra das Mães voltou a realizar um banquete de caridade e conseguiu angariar um total de \$1.5 milhão para ajudar os mais pobres e dar apoio a outras instituições beneficentes. Em 9 de Novembro de 1986, foi inaugurado o “Bazar Beneficente da Diocese”, cuja cerimónia de corte de fita foi presidida pelo Senhor Governador Joaquim Germano Pinto Machado Correia da Silva, tendo contado com a participação de 35 barracas de venda beneficente e foram emitidos 22 bilhetes de lotaria, sendo o valor total angariado mais de \$1 milhão.

Em 10 de Junho de 1950, sob proposta do Sr. Ho Yin, foi dado início a diversas actividades para angariar fundos para o Hospital Kiang Wu e, neste contexto, o Sr. Leong Wan Ham, dono do Apiário Po Sang Yuen, fez uma actuação com abelhas, a Orquestra Vila Verde, liderada pelo Dr. Pedro José Lobo, apresentou peças de música clássica e actores de renome e cantores da Ópera Cantonense subiram ao palco para fazer uma actuação conjunta. Todas estas actuações de caridade receberam grande adesão da sociedade e a venda dos respectivos bilhetes de entrada contou com o apoio da Associação de Educação, da FAOM, da ACM, da Associação Geral das Mulheres de Macau (abreviadamente AGMM) e da Associação Geral de Estudantes as quais promoveram a venda de bilhetes para assistir às referidas actuações junto das escolas, uniões de operários e de mulheres e em várias lojas. Estes trabalhos preparatórios levaram duas semanas e as actuações duraram dois dias com resultados muito positivos, tendo o valor angariado e os donativos recebidos atingido mais de MOP180 mil. As despesas das actividades daí resultantes foram integralmente suportadas pelo Sr. Ho Yin sem recorrer aos fundos angariados; em 15 de Outubro de 1953, os alunos do Complexo Escolar de Macau apresentaram no Teatro Dom Pedro V a peça musical intitulada “Separação Cruel”, de autoria do Dr. Pedro José Lobo, cuja história falava de transformação de uma borboleta e o objectivo era angariar fundos para um orfanato, tendo-se conseguido angariar o montante de \$5 mil; em Janeiro de 1954, o Teatro Cheng Peng promoveu actuações musicais “INK SPOTS” e a apresentação de um mágico indiano de nome “Ba Sa” (巴薩), com o objectivo de angariar fundos para o Hospital de S. Rafael subordinado à Santa Casa da Misericórdia; em 9 de Março de 1954, os empresários Ho Yin e Y. C. Liang, juntamente com algumas empresas e a AGMM, promoveram um sarau de Ópera Cantonense no Teatro Cheng Peng, com o objectivo de angariar fundos para a construção do Colégio Dom Bosco. Este sarau, onde actuaram diversos cantores de renome, para melhor

transmitir a mensagem das peças apresentadas, contou com uma tradução em português em conjunto com materiais de propaganda, tendo sido angariado com a venda de bilhetes de entrada o montante de \$15,044 que foi integralmente aplicado na construção do Colégio Dom Bosco, o qual acolheu e deu formação a centenas de órfãos; nos dias 17 e 18 de Março do mesmo ano, o Teatro Oriente também promoveu actuações para angariar fundos para a construção do mesmo Colégio e no dia 20 de Junho, realizou-se no Teatro Dom Pedro V o Concerto Individual de Li Zhuli, acompanhado por um professor de nome “Oli” (奧利), cujas receitas foram integralmente entregues ao Colégio Dom Bosco;<sup>4</sup> em 1962, a iniciativa da AGMM para criar uma nova escola recebeu grande apoio da sociedade, nomeadamente do Grupo de Amadores da Música Hou Keng que realizou um concerto de caridade para angariar fundos para a construção da referida escola e o valor angariado foi de \$50 mil que serviu como capital inicial para financiar a obra;<sup>5</sup> em 10 de Julho de 1977, realizou-se um sarau de caridade que contou com actuações de cantores de renome de Hong Kong e que recebeu patrocínios de diversas entidades, tendo sido angariado um total de \$30 mil para dar apoio ao bem-estar dos cegos; em 9 de Outubro de 1988, com a organização conjunta do Sr. Ng Fok e do Sr. Chang Hio Chun realizou-se com sucesso o “Sarau de Apresentações de Estrelas de Taiwan” e foi angariado um total de \$2.6 milhões que foi distribuído por quatro instituições de beneficência, recebendo cada uma o valor de \$650 mil.

As competições desportivas também podem ser consideradas uma forma de angariação de fundos. Em 18 de Outubro de 1953, tiveram lugar no Campo Lin Fong jogos desportivos que compreenderam, principalmente, corridas de bicicleta e automóveis e uma parte das receitas, resultantes da venda de bilhetes, foram destinadas para fins de caridade. Em Janeiro de 1954, decorreu um festival artístico na Piscina Municipal e a receita obtida foi distribuída da seguinte forma: 40% para apoiar as vítimas do último grande incêndio ocorrido em Hong Kong, 40% entregue ao Hospital Kiang Wu e 20% entregue à Tong Sin Tong, em ambos os casos para acções de caridade.<sup>6</sup>

<sup>4</sup> Beatriz Basto da Silva, *Cronologia da História de Macau – Século XX (1950-1988)*, tradução de Si Lei, Macau: Fundação Macau, 1999, pág. 20, 25 e 30.

<sup>5</sup> Diário para Todos, Limitada, *Anuário comercial e industrial de Macau 1963* (Tomo VII), Macau: Diário para Todos, Limitada, 1963, Título II, pág. 2.

<sup>6</sup> Beatriz Basto da Silva, *Cronologia da História de Macau – Século XX (1950-1988)*, tradução de Si Lei, Macau: Fundação Macau, 1999, pág. 20 e 23.

Chegados aos anos 80, registaram-se certas mudanças quanto à forma adoptada pelas associações de Macau para angariação de fundos. Efectivamente estas associações tinham desenvolvido acções filantrópicas onde introduziram uma nova actividade beneficente: a corrida de caridade de grande envergadura. Em 1984 foi constituído o “Fundo de Beneficência dos Leitores do Jornal Ou Mun” e este promoveu a 1.<sup>a</sup> edição da “Marcha de Caridade” no dia 2 de Dezembro do mesmo ano, contando na cerimónia da partida da marcha com a presença do Senhor Governador Vasco Leotte de Almeida e Costa, Sr. O Cheng Peng, Sr. Henry Fok, Sr. Ma Man Kei, Sr. Stanley Ho Hung Sun, Sr. Chui Tak Kei e Sr. Lao Hin Chun, etc. Mais de dez mil cidadãos reuniram-se no Campo dos Operários para participar na primeira “Marcha de Caridade” e o valor angariado atingiu mais de \$2.4 milhões. A “Marcha de Caridade” realiza-se anualmente e conta sempre com a participação de mais de dez mil pessoas. A partir daquele ano, deu-se também início às corridas de caridade como forma de angariar fundos para a caridade em Macau. Em 17 de Dezembro de 1984, um macaense de nome Lourenço (盧凌素) deu início a uma maratona entre Macau e Guangdong que durou 6 dias, com o objectivo de angariar fundos para um lar de idosos de Macau e mesmo à chuva, com temperaturas baixas e dores nos joelhos conseguiu acabar a corrida de 143 quilómetros, tendo angariado o montante de \$160 mil que foi distribuído na ajuda a cerca de 700 idosos.<sup>7</sup> Em 8 de Dezembro de 1996, decorreu a 13.<sup>a</sup> edição da “Marcha de Caridade” com a participação de cerca de 30 mil pessoas e o valor angariado atingiu \$5.7 milhões.

No âmbito da angariação de fundos para fins de caridade, tanto o Governo como o sector do jogo de Macau assumem um novo papel. Desde a criação da “Comissão de Assistência e Beneficência” em 1938 pelo Governo Português de Macau que os subsídios dados por esta Comissão às associações locais eram fundos utilizados por estas para promover acções filantrópicas. No entanto, o montante destes subsídios foi sempre de baixo valor e de alcance bastante apertado. Só chegados aos anos 80, nomeadamente com a aproximação do período de transição para a transferência de soberania de Macau para a China, é que o Governo Português de Macau reforçou o apoio às associações locais, sendo de destacar que

---

<sup>7</sup> Beatriz Basto da Silva, *Cronologia da História de Macau – Século XX (1950-1988)*, tradução de Si Lei, Macau: Fundação Macau, 1999, pág. 159-160.

em Julho de 1984 foi criada a Fundação Macau cujo objectivo principal era promover o desenvolvimento das acções culturais, filantrópicas e educativas de Macau e conceder subsídios às associações e organizações de carácter filantrópico e beneficente. Foi com a aprovação a 17 de Novembro de 1986 da nova Lei sobre a Organização da Assistência Social, que se dispôs sobre a definição e a organização dos comités de assistência social com o objectivo de reforçar o apoio dedicado às entidades beneficentes cívicas.<sup>8</sup> A partir daí, os subsídios dados pelo Governo às associações passaram a constituir uma parte muito importante dos fundos disponíveis para promover acções de ajuda social e assim foi alterado o modo como até então se fazia a angariação de fundos, deixando esta de ser dirigida prioritariamente à população. Dando como exemplo, tendo o Governo da altura decidido reforçar o apoio dedicado ao Hospital Kiang Wu, no encontro que o então Governador teve com 3 administradores do Hospital em 20 de Abril de 1984, afirmou que a partir do mês seguinte, a verba disponibilizada ao Hospital deixaria de ser apenas de \$10 mil passando para \$100 mil por mês, com o objectivo de subsidiar os serviços de assistência médica; em 10 de Fevereiro de 1989, o então Governador assinou um protocolo de cooperação com o Presidente do Hospital Kiang Wu, Sr. Ma Man Kei, no sentido de assegurar a atribuição de um subsídio anual de \$9 milhões por parte do Governo ao Hospital e, a partir daí, o valor anualmente concedido pelo Governo ao Hospital Kiang Wu aumentou gradualmente até atingir \$59.1 milhões em 1999.<sup>9</sup> No âmbito da educação, em 1 de Junho de 1985, o então Governador presidiu à cerimónia de atribuição de um donativo onde a Fundação Macau doou \$200 mil a 11 associações e escolas para adquirirem novos materiais pedagógicos e equipamentos de desporto; em 24 de Junho de 1985, a Direcção de Serviços de Educação e Cultura começou a atribuir subsídios directamente ao pessoal docente das escolas privadas de Macau assim como a disponibilizar verbas para pagar as suas despesas médicas e constituiu um fundo de previdência para os docentes e no dia 19 de Dezembro, o Governo acelerou o processo de aprovação de subsídios para que estes pudessem ser pagos ao pessoal docente das escolas privadas no mês de Janeiro do ano seguinte. Assim, em 21 de Janeiro de 1986, o Governo Português de

---

<sup>8</sup> Beatriz Basto da Silva, *Cronologia da História de Macau – Século XX (1950-1988)*, tradução de Si Lei, Macau: Fundação Macau, 1999, pág. 155 e 171.

<sup>9</sup> Beatriz Basto da Silva, *Cronologia da História de Macau – Século XX (1950-1988)*, tradução de Si Lei, Macau: Fundação Macau, 1999, pág. 162.

Macau disponibilizou mais de \$3 milhões para efectuar o pagamento dos subsídios, através de transferência bancária, a mais de 1,800 docentes.

A par do Governo, as acções de beneficência também ficaram a cargo das empresas de jogo de Macau. Efectivamente, em 1962, à Sociedade de Turismo e Diversões de Macau, S.A.R.L. (abreviadamente STDM), constituída pelo Sr. Henry Fok, Sr. Stanley Ho Hung Sun, Sr. Ip Hon e Sr. Terry Ip Tak Lei, entre outras personalidades, foi concedida a exploração em exclusivo dos jogos em Macau. Nos termos do respectivo contrato de concessão, 10% dos lucros da STDM (rendimentos depois de deduzidos os impostos do jogo, investimentos em infra-estruturas e despesas com a exploração) eram destinados a acções de beneficência de Macau, sendo os restantes 90% aplicados no desenvolvimento de Macau. Para além das obrigações definidas no referido contrato, relativamente ao financiamento de acções de interesse público, a STDM apoiou vários concursos e festividades realizados em Macau, por exemplo as corridas de automóveis no âmbito do Grande Prémio de Macau, o Festival Internacional de Artes, o Festival Internacional de Música de Macau, o Concurso Internacional de Fogo-de-Artifício e as Regatas Internacionais de Barcos do Dragão de Macau, entre outros. No campo da educação, a STDM participou na criação da Universidade da Ásia Oriental, entidade antecessora da Universidade de Macau e também contribuiu de modo activo e generoso com donativos de antiguidades para o socorro a sinistrados bem como para acções culturais e educativas.

## **II. Conteúdo das acções de beneficência e a sua forma de execução: da ajuda directa até à prestação de serviço de apoio social beneficente**

No início dos anos 50, o apoio dado pelas associações de Macau, tanto aos seus membros como às pessoas mais pobres da sociedade, inclusive às vítimas de tufões e de incêndios, era sempre atribuído ou em dinheiro ou em bens de primeira necessidade.

Dando como exemplo, a FAOM ofereceu várias vezes, nos seus primeiros dois anos de exercício, arroz a mais de dez mil operários desempregados. Em 1952, vivia-se um período de elevada taxa de desemprego e no dia 12 de Junho a FAOM promoveu, juntamente com mais 40 associações, a criação da “Comissão da Assistência aos Desempregados Pobres”, com o objectivo de angariar fundos para ajudar as pessoas mais

pobres e desempregadas, atribuindo-lhes subsídios de assistência e nos meses de Setembro e Dezembro daquele ano e no mês de Maio do ano seguinte foi distribuído, por três vezes, arroz junto dos mais pobres, beneficiando cada vez mais de 10 mil famílias com dificuldades financeiras.<sup>10</sup> Em Fevereiro de 1955, no contexto do declínio económico verificado em Macau, a taxa de desemprego aumentou significativamente e a vida dos cidadãos de Macau era bastante difícil e, por isso, no dia 15 daquele mês, a Associação de Beneficência do Hospital Kiang Wu, a FAOM, a ACM e a Tong Sin Tong promoveram a organização da “Assembleia de Angariação de Fundos para Assistência aos Pobres” e a 29 de Maio, a referida Assembleia distribuiu a cerca de 57 mil pessoas pobres vales de arroz que puderam ser trocados cada um por 8 jin de arroz em três postos situados em Macau, Taipa e Coloane, totalizando o peso do arroz oferecido 456 mil jin, o que contribuiu para aliviar a fome e a pressão quotidiana sentida pela população mais desfavorecida. No início do ano 1965, o encerramento de uma empresa que vendia bobinas de mosquitos em Macau levou ao desemprego cerca de 300 pessoas e, face a esta situação, a FAOM disponibilizou 6 mil jin de arroz para assegurar a alimentação diária destas pessoas carenciadas.

Em Dezembro de 1950, o incêndio ocorrido na Ilha Verde destruiu mais de 500 casas de madeira e mais de 2 mil pessoas ficaram desalojadas. Neste contexto, a ACM, sob a liderança do então seu Presidente da Direcção, Sr. Ho Yin, juntamente com a Associação de Beneficência do Hospital Kiang Wu e a Tong Sin Tong, deram início a acções de auxílio às vítimas do incêndio e promoveram uma angariação de fundos para oferecer acolhimento e abrigo às vítimas, tendo os médicos do Hospital Kiang Wu prestado auxílio às vítimas com consultas gratuitas. Com o grande apoio dado por todos os sectores da sociedade, foi angariado um valor superior a \$100 mil, distribuindo-se também várias peças de roupa, de modo a assegurar a vida do dia-a-dia, nomeadamente com o alojamento e alimentação e, decorrido cerca de um mês, foi concluída a reconstrução das mais de 400 casas de madeira afectadas e os moradores puderam regressar ao mesmo sítio, retomando a sua vida normal. Em 11 de Outubro de 1960, o incêndio ocorrido na Avenida do Almirante Lacerda destruiu

---

<sup>10</sup> *Edição Especial Comemorativa do 40.º Aniversário da Federação das Associações dos Operários de Macau*, Macau: Federação das Associações dos Operários de Macau, 1990, pág. 52.

20 habitações e mais de 10 casas de madeira, totalizando perdas superiores a \$1.2 milhão, tendo a “Comissão Central de Assistência Pública” oferecido camas de lona e cobertores às vítimas, e as maiores associações de Macau, nomeadamente a ACM, a FAOM, a Associação de Beneficência do Hospital Kiang Wu e a Tong Sin Tong, fizeram, no Campo Lin Fong, o cadastro dos sinistrados, dando-lhes subsídios de assistência, peças de roupa e vales de arroz, etc., tendo as mais de 480 famílias afectadas recebido o apoio necessário e o melhor acompanhamento que foi possível dar. A par de se assegurar o alojamento e a alimentação dos sinistrados, cada vítima adulta recebeu o subsídio de auxílio social e o subsídio de \$100 atribuído pelas quatro associações maiores de Macau e cada vítima com idade inferior a 15 anos recebeu o subsídio de \$50, totalizando o valor atribuído directamente às vítimas \$35,100; a Comissão Central de Assistência Pública também ofereceu a cada vítima 20 libras de arroz. Em 2 de Maio de 1961, decorreu um outro grande incêndio na Travessa das Pedrinhas na Zona da Ilha Verde que destruiu cerca de 90 casas de madeira e casas-barco e as quatro associações maiores de Macau, a ACM, a FAOM, a Associação de Beneficência do Hospital Kiang Wu e a Tong Sin Tong, juntamente com a Comissão Central de Assistência Pública, promoveram o cadastro dos sinistrados e deram-lhes o apoio necessário. Em 8 de Maio, o então Presidente da Direcção da ACM, Sr. Ho Yin, na sua visita à Comissão Central de Assistência Pública, trocou impressões sobre a reconstrução da zona afectada pelo incêndio e obteve autorização para construir 60 casas de ferro e a 10 de Maio, as quatro associações maiores de Macau decidiram a forma concreta de apoio a dar às vítimas do incêndio, isto é, sobre a concessão de subsídios: \$20 por vítima adulta, \$10 por criança, \$400 por vítima cuja casa-barco tivesse sido completamente destruída e \$60 por vítima cuja tivesse ficado ficou somente danificada. Em 15 de Maio, os representantes das quatro associações maiores de Macau deslocaram-se à zona afectada pelo incêndio na Ilha Verde para pagar os subsídios de auxílio às 130 pessoas afectadas pelo incêndio. Em 20 de Janeiro de 1976, ocorreu mais um forte incêndio na Travessa das Pedrinhas na Zona da Ilha Verde e 146 famílias, cerca de 700 pessoas, tiveram de ser deslocadas e ficaram sem abrigo. Os sinistrados registados foram temporariamente colocados num asilo e receberam cobertores e tapetes e no dia seguinte os representantes de diversas associações, incluindo da FAOM, da ACM, das associações de apoio mútuo entre moradores e da Tong Sin Tong, sempre atentos às necessidades mais urgentes dos sinistrados ofereceram a estes vários bens de consumo diário e peças de roupa e

deram subsídios, tendo o Hospital Kiang Wu oferecido consultas gratuitas aos sinistrados e no dia 28 de Janeiro, várias pessoas caridosas efectuaram donativos para as pessoas afectadas pelo incêndio totalizando mais de \$182,000.

Em 1 de Dezembro de 1960, as temperaturas desceram bruscamente e todos os administradores e directores da Tong Sin Tong deslocaram-se, durante a noite, a diversas zonas habitadas pelas pessoas mais pobres para lhes oferecer mais de 500 peças de roupa quente, cobertores e tapetes, para enfrentar o Inverno.

Todavia, com o desenvolvimento social e económico de Macau, tanto o conteúdo das acções de beneficência como a sua forma de execução registaram mudanças, e a principal alteração, por um lado, diz respeito à forma como tinha vindo a evoluir o apoio à população mais carenciada. Por exemplo, em 13 de Fevereiro de 1961, a Tong Sin Tong começou a oferecer, na passagem do ano, às pessoas com maiores dificuldades financeiras 3 jin de arroz, em vez de oferecer a “canja”. Chegados aos anos 90, a FAOM mudou a sua forma de apoiar os operários desempregados: começou a angariar fundos para atribuir sob forma de subsídios de assistência ao desemprego em vez de dar bens de primeira necessidade.<sup>11</sup> Devido ao desaparecimento gradual das casas de madeira em Macau, o que reduziu drasticamente o risco de voltar a haver grandes incêndios, em 1995 o Fundo de Beneficência dos Leitores do Jornal Ou Mun fez o ajustamento necessário nas suas acções de assistência social, isto é, para além de continuar a dar o apoio financeiro às famílias vítimas de incêndios, também deu início ao “Projecto de Recuperação Visual”, no sentido de prestar apoio aos doentes pobres que sofriam de doenças oculares, tais como cataratas, glaucoma e descolamento de retina. A principal alteração, por outro lado, diz respeito ao paradigma das acções de beneficência tal como tinham lugar até então. Face à procura crescente de diversos serviços sociais por parte da população, as instituições religiosas e as associações locais promoveram vários tipos de serviços sociais, nomeadamente: 1) serviços de apoio a idosos: entrada em funcionamento do “Asilo de São Francisco Xavier” em 1965; criação do “Asilo Santa Maria” em 1968 com o objectivo de oferecer acolhimento às mulheres com idade avançada

---

<sup>11</sup> *Edição Especial Comemorativa do 50.º Aniversário da Federação das Associações dos Operários de Macau*, Macau: Federação das Associações dos Operários de Macau, 2000, pág. 42-44.

da e sem abrigo; em 1970, o antigo asilo de refugiados constituído pela Comissão Central de Assistência Pública dependente do Governo passou a ser um lar de idosos a que se deu o nome de “Asilo de Betânia” que oferecia acolhimento às pessoas de idade avançada sem abrigo nem família; 2) serviços de reabilitação aos deficientes: entrou em funcionamento em 12 de Outubro de 1960 o “Centro de Reabilitação de Cegos” administrado pela Santa Casa de Misericórdia; em 1986, o antigo “Centro de Apoio Social e Abrigo dos Deficientes” foi transformado no “Centro Lustroso” administrado pela Cáritas de Macau para dar apoio aos deficientes incapazes de encontrar emprego; 3) serviços comunitários: os serviços comunitários de Macau registaram avanços nos anos 80 e 90 do último século, por exemplo foi criado o “Centro Comunitário Mong-Há” em 12 de Outubro de 1989; já tinha sido lançado em 1977 o primeiro projecto de formação de profissionais de assistência social em Macau promovido pelo “Instituto de Acção Social” dependente do Governo, que compreendia uma formação de 2 anos, e, a partir daí, os vários serviços sociais de Macau começaram a contar com profissionais do sector, o que deu um grande impulso ao desenvolvimento das acções de apoio social em Macau.<sup>12</sup> Além disso, tanto os serviços de apoio às famílias, jovens e imigrantes como os serviços voluntários registaram avanços, por exemplo entrou em funcionamento em Abril de 1988 o “Centro de Apoio às Mulheres e Crianças” dependente da União Geral das Associações dos Moradores de Macau (abreviadamente UGAMM), entidade que deu continuidade ao “Centro de Serviços de Apoio Familiar” e em 10 de Agosto de 1986 realizou-se a cerimónia de abertura do «Centro Juvenil da UGAMM».

### **III. Destinatários das acções de beneficência e assistência social: da ajuda à população sinistrada e aos membros das associações até à ajuda a todos os necessitados, dentro e fora de Macau**

Nos anos 50, as acções de beneficência e assistência social eram destinadas principalmente a sinistrados, refugiados, pessoas pobres e, ainda, aos próprios membros das associações de beneficência de Macau. Por exemplo, por ocasião dos grandes incêndios e tufões ocorridos ao longo da História de Macau, o apoio dado pelas associações era sempre desti-

<sup>12</sup> Beatriz Basto da Silva, *Cronologia da História de Macau – Século XX (1950-1988)*, tradução de Si Lei, Macau: Fundação Macau, 1999, pág. 120.

nado, principalmente, aos sinistrados. Em Janeiro de 1955, quase toda a zona da Ilha Verde ficou em ruínas devido a um grande incêndio que destruiu quase 90 por cento das casas de madeira que aí existiam e que feriu e causou danos materiais a milhares de pessoas. Assim, a Associação de Beneficência do Hospital Kiang Wu, a FAOM, a ACM e a Tong Sin Tong, entre outras associações, promoveram acções de auxílio aos desalojados e criaram a “Comissão de Ajuda Social aos Sinistrados do Incêndio da Ilha Verde”, no sentido de dar acolhimento temporário e alimentação no Templo de Lin Fong, assim como disponibilizaram tratamentos médicos aos feridos. Por outro lado, promoveram também a angariação de fundos para assegurar a construção de mais de 500 casas de ferro cujos custos de construção foram de \$400 cada uma, de modo a permitir aos sinistrados voltarem a viver na mesma zona.<sup>13</sup> Em 20 de Agosto de 1962, a Associação de Agricultores de Macau atribuiu donativos aos agricultores da Zona Hac Sá de Coloane para os ajudar a fazer face à perda de rendimentos devido à situação de seca agrícola que se vivia. No dia 4 de Novembro do mesmo ano, ocorreu uma explosão na Fábrica de Panchões Iec Long, situada na Taipa, e em Janeiro do ano seguinte, ocorreram um grande incêndio na Zona de Aterros do Porto Exterior e dois outros incêndios na Rua de Entrecampos e no Pátio do Espinho, a juntar aos dois casos de desmoronamento que aconteceram no local de construção do “Teatro Milionário Nam Wan” e na Travessa da Prosperidade. Neste contexto, a Associação de Beneficência do Hospital Kiang Wu, a FAOM, a ACM e a Tong Sin Tong, entre outras associações, deram o apoio necessário às vítimas. Em 1962, a Comissão Central de Assistência Pública adoptou várias medidas temporárias para prestar apoio às pessoas que sofreram com os referidos sinistros, nomeadamente aqueles três grandes incêndios ocorridos respectivamente na Zona de Aterros do Porto Exterior, na Rua de Entrecampos e no Pátio do Espinho, e os dois casos de desmoronamento.<sup>14</sup> Em 19 de Março de 1972, o grande incêndio ocorrido na Rua do Comandante João Belo destruiu as habitações de mais de 300 pessoas e, neste contexto, no dia 22 do mesmo mês, os representantes da Associação de Educação, da ACM e das associações de apoio mútuo entre moradores apresentaram condolências às vítimas deste incêndio. Nos anos 1954 e

<sup>13</sup> Beatriz Basto da Silva, *Cronologia da História de Macau – Século XX (1950-1988)*, tradução de Si Lei, Macau: Fundação Macau, 1999, pág. 39.

<sup>14</sup> Diário para Todos, Limitada, *Anuário comercial e industrial de Macau 1963* (Tomo VII), Macau: Diário para Todos, Limitada, 1963, Título I, pág. 2-3.

1960, devido aos muitos furações que ocorreram na periferia de Macau, mais concretamente na Zona da Areia Preta, que deram origem a muitas inundações e que provocaram a perda dos produtos hortícolas cultivados naquela zona, a Associação de Beneficência do Hospital Kiang Wu, a FAOM, a ACM e a Tong Sin Tong prestaram o apoio necessário aos agricultores afectados conforme os seus danos, ajudando-os a retomar a sua vida normal. Em 28 de Maio de 1982, as fortes chuvadas que duraram 3 dias provocaram inundações, desabamentos, interrupções dos serviços de telecomunicações e outros danos patrimoniais, totalizando-se as perdas em \$1 milhão. Os danos verificados nas ilhas de Taipa e Coloane eram ainda maiores, por exemplo centenas de acres de produtos hortícolas e mais de 200 casas de madeira foram inundadas e centenas de pessoas ficaram desalojadas e sem abrigo. Mais de 500 vítimas receberam apoio imediato da “Provedoria da Assistência Pública” e das associações de apoio mútuo entre moradores. Em 2 de Junho, para fazer face aos danos causados pelas fortes chuvadas, o então Governador decidiu disponibilizar \$1 milhão para criar um fundo de apoio urgente gerido por uma comissão de carácter temporário, de modo a compensar as perdas. Em 16 de Julho, o Governo disponibilizou \$428,100 a cerca de 40 famílias cujas habitações foram inundadas devido às fortes chuvadas ocorridas em Maio.<sup>15</sup>

Os destinatários dos serviços de assistência e beneficência social das associações eram sempre os membros destas associações. Dando como exemplo, a AGMM que já vinha a atribuir aos seus membros subsídios de assistência médica, subsídios para as mulheres que acabaram de dar à luz, subsídios de casamento, subsídios de morte e funeral e diversos subsídios ocasionais e pensões sociais, e em 1959 começou a dar, na passagem do ano, arroz e também uma pensão de sobrevivência aos membros mais pobres. A Associação de Educação de Macau atribuía regularmente subsídios de assistência ao desemprego, subsídios de assistência médica, subsídios de assistência aos filhos, subsídios de morte e funeral, subsídios de casamento, etc., todos destinados aos seus membros, assim como atribuía, periodicamente, subsídios de sobrevivência aos membros com maiores dificuldades financeiras e subsídios temporários aos docentes necessitados. Os membros da Associação de Educação, quando adoeciam e iam ao médico, podiam requerer, mediante apresentação do recibo,

---

<sup>15</sup> Beatriz Basto da Silva, *Cronologia da História de Macau – Século XX (1950-1988)*, tradução de Si Lei, Macau: Fundação Macau, 1999, pág. 138, 139 e 141.

subsídios de assistência médica à Associação. O “Instituto de Benefícios Sociais” também costumava atribuir aos seus membros reformados com dificuldades financeiras subsídios de sobrevivência, em uma única prestação, na passagem de cada ano. Em Fevereiro de 1952, a Associação Geral de Estudantes Chong Wa de Macau promoveu uma angariação de fundos para criar um fundo de apoio escolar, no sentido de atribuir aos membros da Associação subsídios de apoio escolar, bolsas de mérito, subsídios para internamento hospitalar, etc. As acções de assistência social promovidas pelas associações de apoio mútuo entre moradores também eram sempre destinadas aos seus membros, por exemplo a “Associação de Mútuo Auxílio dos Moradores de Mong-Há”, criada em 1956, tinha vindo a atribuir aos seus membros diversos subsídios, tais como subsídios de morte, de apoio escolar, de nascimento, e de internamento hospitalar. Além disso, o Hospital Kiang Wu e a Clínica Tong Sin Tong também ofereciam consultas gratuitas aos cidadãos mais pobres e aos refugiados.

Todavia, chegados aos anos 80, embora as acções de beneficência e assistência social continuassem a ser destinadas à classe mais pobre da sociedade, surgiram várias instituições de serviço social cujos serviços eram destinados a toda a população de Macau. Dando um exemplo, as instituições de apoio a idosos ofereciam serviços a todos os cidadãos de Macau de idade superior a 60 ou 65 anos, conforme o caso; o Clube Rotário de Macau disponibilizou, em 10 de Janeiro de 1987, um serviço de transporte gratuito que beneficiou 300 idosos de idade superior a 60 anos; o alcance dos centros juvenis também foi alargado a todos os jovens de Macau. Além disso, os serviços comunitários e de assistência familiar passaram a ter um alcance mais alargado: os serviços de assistência familiar compreendiam aconselhamento individual, familiar e conjugal, educação para os pais, com o objectivo de terem uma vida familiar mais saudável, e também davam apoio às famílias mais carenciadas, sendo estes serviços destinados a todas as famílias de Macau, dando toda a prioridade às famílias mais pobres ou com necessidades especiais. Por outro lado, as instituições de serviços comunitários, cujo objectivo principal era melhorar o bem-estar dos cidadãos de Macau, tanto dos idosos como dos jovens e crianças, vinham oferecendo aos cidadãos de Macau uma variedade de serviços comunitários, nomeadamente serviços de cuidado infantil e serviços de apoio a idosos e às mulheres, dando acesso público às bibliotecas, salas de ténis de mesa, ginásios, salas de estudo e leitura, salas de cuidados médicos, salões de cabeleireiro, cantinas, salas de computadores, promo-

vendo a realização de actividades culturais, artísticas e recreativas destinadas a jovens e crianças, incluindo palestras, exposições, seminários e aulas de matérias específicas. Mesmo quanto aos serviços de reabilitação, embora destinados especificamente a deficientes, o seu alcance era para todos os residentes de Macau. Dando como exemplo, o “Centro de Reabilitação de Cegos” administrado pela Santa Casa de Misericórdia oferecia serviços a todos os invisuais com idade superior a 16 anos residentes em Macau; o “Centro de Santa Lúcia” situado em Ká-Hó deu acolhimento e tratamento às mulheres de Macau que sofriam de doenças mentais; o “Centro Lustroso” administrado pela Cáritas de Macau prestava apoio a todos os cidadãos deficientes de Macau e incapazes de encontrar emprego, dando-lhes formação técnica e profissional, para depois poderem arranjar mais facilmente emprego; a “Casa Corcel”, igualmente administrada pela Cáritas de Macau, cuja entidade que a antecedeu era o “Centro de Desabrigados de Macau”, tinha vindo a lutar pelo melhoramento das condições de vida dos desabrigados, ajudando-os a retomar a sua vida normal e reintegrando-os na sociedade, sendo estes serviços destinados a todos os indivíduos com idade superior a 18 anos e titulares de bilhete de identificação de Macau ou devidamente autorizados a permanecer em Macau.

Ao mesmo tempo, o alcance das acções de beneficência e assistência de iniciativa das entidades de Macau foi alargado ao exterior de Macau. Em 16 de Setembro de 1984, a convite da Associação de Apoio aos Deficientes Mentais de Macau, o Vice-Presidente da China Disabled Persons’ Federation, Sr. Deng Pufang, veio a Macau para angariar fundos e durante a sua estadia em Macau, teve encontros com os responsáveis das associações da comunidade chinesa local e com o Senhor Governador Vasco Leotte de Almeida e Costa, tendo o valor total angariado atingido \$5 milhões, do qual o montante de \$1 milhão foi atribuído pelo Senhor Governador.<sup>16</sup> Em 27 de Maio de 1987, com os esforços da ACM, foi angariado o valor de \$330 mil para apoiar as vítimas do grande incêndio ocorrido na Província de Heilongjiang. Em Setembro de 1992, tanto os centros de apoio social dependentes da UGAMM como as associações de apoio mútuo entre moradores prestaram um forte apoio ao projecto “Obra da Esperança” do Interior da China e assim angariou-se o valor

---

<sup>16</sup> Beatriz Basto da Silva, *Cronologia da História de Macau – Século XX (1950-1988)*, tradução de Si Lei, Macau: Fundação Macau, 1999, pág. 156.

total de \$438 mil. Em 22 de Junho de 1994, seis províncias do Interior da China sofreram fortes chuvadas, nomeadamente Guangdong, Guangxi, Hunan, Jiangxi, Zhejiang e Fujian, e registaram-se perdas volumosas. Neste contexto, convocou-se uma reunião extraordinária do Conselho Executivo da UGAMM para acertar os pormenores do apoio a dar às vítimas e foi decidido promover uma angariação de fundos. Assim, com os esforços dedicados durante vários dias, o valor angariado atingiu mais de 500 mil patacas. Em Agosto de 1998, mais de 200 milhões de compatriotas do Interior da China foram afectados e ficaram prejudicados pela grave inundação ocorrida junto ao Rio Yangtzé e, face a esta situação, a UGAMM criou logo uma comissão para dar apoio imediato às vítimas, promovendo uma angariação de fundos para o efeito. Assim, o valor total angariado, mesmo num período de tempo bastante curto, atingiu \$1,509,000. Em 12 de Outubro de 1999, um sismo forte que ocorreu em Taiwan provocou vários mortos, feridos e danos patrimoniais elevados, e para dar apoio aos sinistrados a UGAMM voltou a promover uma angariação de fundos.

#### **IV. Principais responsáveis pelas acções filantrópicas: das instituições religiosas e associações locais até ao Governo e empresas**

É sabido que nos anos 50 a 70 do século passado, as acções de beneficência e assistência social de Macau eram, em geral, promovidas e desenvolvidas pelas instituições religiosas e associações locais, enquanto as contribuições pecuniárias destinadas à caridade vinham, principalmente, das contribuições individuais e raramente contavam com a participação do Governo e das empresas. Aliás, com o desenvolvimento social e económico de Macau e, designadamente, com a aproximação do período de transição para a transferência de soberania de Macau para a China, a autoconsciência e determinação dos cidadãos de Macau sofreram uma motivação crescente, pelo que tanto os cidadãos como as associações começaram a pedir ao Governo para investir cada vez mais recursos nas acções de beneficência e assistência social. O Governo Português de Macau, para deixar uma boa impressão junto dos cidadãos quanto à sua governação, tomou a iniciativa de intervir junto dos serviços de apoio social e beneficência, levando a cabo a revisão dos regimes de assistência social e de segurança social.

Em 1980, o Governo Português de Macau promoveu a reestruturação da Provedoria da Assistência Pública, a qual substituiu em 1957 a Comissão Central de Assistência Pública que era a entidade responsável pelo desenvolvimento de acções filantrópicas, passando a chamar-se “Instituto de Acção Social” (abreviadamente IAS). Posteriormente, o Decreto-Lei n.º 52/86/M, de 17 de Novembro de 1986, veio clarificar a concepção e organização do sistema de Acção Social de Macau, assim como a definir os objectivos e os princípios das acções de assistência social. Nos termos do referido Decreto-Lei, “a acção social tem por objectivo proteger os indivíduos e grupos sociais em situações de carência através da concessão de prestações, pecuniárias e em espécie e de apoio social em equipamentos e serviços”; “a acção social obedece aos princípios de igualdade, de eficácia, de solidariedade e de participação”; “são entidades do sistema de acção social o Governador de Macau, o Conselho de Acção Social e o IAS”. Além disso, foi definido que o apoio do Governo dedicado às instituições de serviço social compreenderia três vertentes: 1) o Governo concedia a determinadas instituições não-governamentais prestações em espécie, incluindo espaço, equipamentos e instalações para promover e desenvolver determinadas acções de assistência social. Dando como exemplo, a Creche da AGMM sita no Bairro Norte, cujas instalações foram concedidas pelo IAS para que a AGMM promovesse serviços de cuidado infantil; 2) o Governo prestaria apoio técnico e financeiro a instituições não-governamentais para promover e desenvolver um determinado tipo de serviços de assistência social, por exemplo a vários lares de idosos em Macau que passaram a receber mensalmente o apoio financeiro do IAS, enquanto este também emitiria pareceres para melhorar a qualidade do serviço daqueles lares de idosos, de modo a atingir os benefícios sociais inicialmente projectados. O valor atribuído em 1993 pelo IAS a 54 instituições de assistência social atingiu \$34 milhões e o número de beneficiários foi de 6,599 indivíduos; 3) o Governo prestaria apoio meramente técnico a instituições não-governamentais para um determinado tipo de serviços de assistência social, por exemplo a várias creches privadas de Macau que passaram a contar com o apoio técnico do IAS para melhorar tanto os seus serviços como as suas instalações.<sup>17</sup>

---

<sup>17</sup> Huang Hanqiang e Wu Zhiliang, *Panorama de Macau* (2.ª Edição), Macau: Fundação Macau, 1996, pág. 472-473.

**Tabela 1: Apoios atribuídos pelo IAS a instituições de beneficência beneficiárias (em 1993)**

Tipo	Número de instituições beneficiárias	Número de utentes	Valor dos subsídios atribuídos
Creches	14	1,873	8,311,993
Asilos de adolescentes e crianças	10	514	6,204,352
Asilos de deficientes e outras instalações	8	514	9,348,384
Lares de idosos	7	690	6,682,462
Complexos de apoio a idosos, centros de idosos e centros comunitários	15	3,008	3,565,748
Total	54	6,599	34,112,939

Fonte: Huang Hanqiang e Wu Zhiliang: “Panorama de Macau” (2.<sup>a</sup> Edição), Macau: Fundação Macau, 1996, pág. 473.

Em 1993, existiam em Macau mais de 100 instituições de assistência social, incluindo creches, asilos de adolescentes, lares de idosos, asilos de deficientes, centros de idosos, centros comunitários, centros de reabilitação e casas de acolhimento, administradas pelo Governo e pelas instituições religiosas e associações de Macau, tais como a Cáritas de Macau, a Diocese de Macau, a Santa Casa de Misericórdia de Macau, a Tong Sin Tong, a UGAMM, a FAOM e Centros Cristãos.

No âmbito dos serviços públicos de assistência social, e nos termos do Decreto-Lei n.º 52/86/M de 17 de Novembro de 1986, foram estipuladas as atribuições do IAS que, entre outras, eram: adoptar e promover medidas de prevenção, minimização e reparação de carências sociais e económicas dos indivíduos e das famílias; e proteger as pessoas em situação de carência económica, designadamente as que não possuíam meios de subsistência devido a doença, deficiência, desemprego involuntário, invalidez ou velhice. Assim, o IAS criou vários subsídios de apoio social, nomeadamente: pensão de velhice, pensão de carenciado, subsídio de desemprego por incapacidade, subsídio para trabalhadores parcialmente incapacitados, pensão de doença para doentes pulmonares, pensão de sobrevivência para invisuais, subsídio complementar, subsídio para necessidades básicas urgentes e subsídio de funeral. De acordo com o Relatório

Anual do IAS referente ao ano 1993, o Instituto atendeu 5,983 casos e as despesas relacionadas totalizaram \$20,348,937.<sup>18</sup>

Tendo ficado a cargo dos serviços públicos a prestação de apoio urgente a quem dele mais necessitava, quando ocorreram incêndios, inundações e outros sinistros, era o IAS a entidade responsável pela prestação do auxílio urgente, 24 horas por dia e, de acordo com as necessidades específicas das vítimas e da sua gravidade, o Instituto oferecia alimentação e alojamento temporário aos mais necessitados. Houve também o “Centro de Sinistrados” e três cantinas que ficavam situadas na Taipa, Coloane e na Rua da Praia do Manduco em Macau para, aquando da ocorrência de tufões, oferecer aos desabrigados e às outras vítimas que ficassem desalojadas devido a tufões, não só o acolhimento e abrigo temporário como refeições diárias. Em 1993, registaram 9 casos de incêndios, tufões e desabamentos de casas e registaram-se 3,534 sinistrados, dos quais 2,514 foram acolhidos pelo Centro de Sinistrados, tendo o valor de subsídios de apoio urgente atingido \$112,826.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 84/89/M, de 18 de Dezembro de 1989, foi instituído o “Fundo de Segurança Social” pelo Governo Português de Macau e depois, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/93/M, de 18 de Outubro de 1993, o regime de segurança social passou a compreender as seguintes modalidades de prestações: pensão de velhice, pensão de invalidez, pensão social, subsídio de desemprego, subsídio de doença, subsídio de nascimento, subsídio de casamento, subsídio de funeral e por doença pulmonar (pneumoconiose). Em 1995, o número dos beneficiários das pensões sociais atingiu mais de 4 mil indivíduos.<sup>19</sup>

Além disso, o Governo Português de Macau também reforçou o apoio às instituições religiosas e associações locais para criarem novos estabelecimentos de ensino e promoverem o ensino gratuito em Macau. Em 2 de Março de 1979, o Governo disponibilizou, por duas vezes, verbas no valor total de \$2 milhões para dar apoio às escolas sem fins lucrativos. Em 28 de Maio de 1984, a Direcção dos Serviços de Educação e Cultura lançou o plano de educação gratuita para os jardins-de-infância e ensino primário, mais concretamente promoveu a criação de escolas públicas nas

<sup>18</sup> Huang Hanqiang, Wu Zhiliang, *Panorama de Macau* (2.ª Edição), Macau: Fundação Macau, 1996, pág. 473-474.

<sup>19</sup> Huang Hanqiang, Wu Zhiliang, *Panorama de Macau* (2.ª Edição), Macau: Fundação Macau, 1996, pág. 473-474.

zonas de maior densidade populacional e apoiou as escolas privadas com determinadas condições, dando-lhes instruções para que implementassem o plano de educação gratuita pretendido. Em 11 de Setembro de 1985, numa festa de celebração do Dia do Professor, o então Governador anunciou que o valor a atribuir para a área da Educação no ano seguinte seria aumentado para \$1,200 milhões, de modo a apoiar as escolas privadas sem fins lucrativos e reforçar as bolsas de estudo e subsídios do pessoal docente. Em 20 de Abril de 1986, face à escassez de vagas escolares em Macau, o Governo deu incentivo às associações para que lançassem também turmas nocturnas, assim como atribuiu subsídios às escolas privadas para criarem mais turmas, podendo o primeiro ano de escolaridade do ensino secundário compreender uma turma da manhã e uma turma da tarde, de modo a oferecer mais vagas para os estudantes. Em 24 de Maio de 1986, face aos saldos negativos das escolas privadas, devido à inflação verificada na altura, a Direcção dos Serviços de Educação teve encontros com os representantes destas escolas no sentido de lhes dar mais subsídios. Em 17 de Março de 1988, o Conselho de Educação realizou a primeira reunião na qual o então Governador voltou a salientar a importância da educação obrigatória, enquanto o Secretário-Adjunto do Governador, Dr. Francisco Murteira Nabo, falou da reforma educacional no sentido de promover a implementação de seis anos de escolaridade obrigatória gratuita.

Antes dos anos 80, as políticas adoptadas pelo Governo no âmbito de assistência médica eram muito escassas, pois apenas os militares e funcionários públicos e seus familiares podiam beneficiar dos serviços de assistência médica e saúde do Governo, enquanto os cidadãos com dificuldades financeiras quando adoeciam tinham de recorrer às instituições filantrópicas. Só em 1986, é que os benefícios de assistência médica registaram avanços significativos, pois em 13 de Dezembro, o novo Secretário-Adjunto do Governador de Macau, Sr. Nuno Francisco Fernandes Delerue Alvim de Matos, em resposta a uma interpelação colocada na Assembleia Legislativa, afirmou que o Governo estava a planear a criação de uma rede de saúde em Macau de modo a oferecer serviços gratuitos de assistência médica aos cidadãos mais pobres de Macau. Assim, nos termos do Decreto-Lei n.º 624/96/M e do Decreto-Lei n.º 68/89/M, passaram a ter acesso a cuidados de saúde a título gratuito, tanto no Centro Hospitalar Conde de São Januário como nos centros de saúde, as crianças até à idade de dez anos, os alunos do ensino primário e secundário e os indivíduos com 65 ou mais anos de idade que vivessem em Macau.

Pelo exposto, tendo em conta o nível de intervenção do Governo Português de Macau junto dos serviços sociais para a promoção dos benefícios sociais, efectivamente só a partir dos anos 80, apesar de as acções de beneficência e assistência social continuarem a ser promovidas e desenvolvidas principalmente pelas associações cívicas e instituições religiosas, e tendo em conta a origem dos recursos investidos, é que o Governo se assumiu como a entidade responsável pela atribuição dos recursos necessários às instituições de educação e assistência social, sendo que os cuidados de saúde e os apoios sociais também passaram a ficar a cargo directo do Governo.

Em 1962, foi concedida à STDM, empresa constituída pelo Sr. Henry Fok, Sr. Stanley Ho Hung Sun, Sr. Ip Hon e Sr. Terry Ip Tak Lei, entre outras personalidades, a exploração em exclusivo dos jogos em Macau e, nos termos do respectivo contrato de concessão, a STDM, a par de pagar os respectivos impostos do jogo, teve de investir os seus recursos nos serviços públicos de saúde e nas habitações dos cidadãos de Macau. Mais concretamente, nos anos 60, a STDM teve de aplicar, a cada cinco anos, um valor não inferior a \$5 milhões nas áreas da Saúde e Habitações Públicas, e pagar anualmente um valor não inferior a \$300 mil a título de “taxa de prosperidade”. Em 22 de Abril de 1976, a STDM assinou um novo contrato com o Governo Português de Macau e, nos termos do novo contrato, a STDM ficou obrigada a pagar anualmente ao Governo impostos do jogo de \$30 milhões acrescidos da taxa de prosperidade de \$30 milhões, valor que era aplicado na construção das infra-estruturas de Macau, Taipa e Coloane. Assim, podemos dizer que uma grande parte das verbas aplicadas nas acções de assistência social e investimentos públicos ficou a cargo da STDM.

Pelo exposto, a segunda metade do século XX registou avanços e mudanças no âmbito das acções de beneficência e assistência social de Macau: das instituições religiosas e associações cívicas que estavam encarregues da sua concretização, passaram a poder contar com o apoio do Governo e das empresas; das contribuições individuais tradicionais para a caridade passou-se à angariação de fundos com a participação do Governo; da ajuda directa passou-se à prestação de serviços de apoio social beneficente com alterações ao conteúdo e à forma de execução das acções de beneficência e assistência social; da ajuda à população sinistrada e aos membros das associações passou-se à ajuda a todos os necessitados dentro e fora de Macau quanto aos destinatários das acções de beneficência e assistência social.